

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
3284241520211111164134

Processo 0822155-20.2020.8.23.0010 ☆ - (437 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Selos:

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

70 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 70

500 por pág. ▾

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	70	11/11/2021 16:41:34	
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (14/10/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		70.1 Arquivo: Petição	
		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	
		2750382IMPUGNACAOOLAUDOPERICIAL01.pdf	Público
	69	10/11/2021 16:09:34	
		EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS	
		Referente ao evento (seq. 63) JUNTADA DE LAUDO(14/10/2021 12:28:03). Identificador do Cumprimento: 0004	ALDENEIDE NUNES DE SOUSA Analista Judiciária
	68	26/10/2021 20:34:18	
		EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL	
		Referente ao evento (seq. 63) JUNTADA DE LAUDO(14/10/2021 12:28:03). Identificador do Cumprimento: 0003	ALDENEIDE NUNES DE SOUSA Analista Judiciária
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo advogado/curador/defensor de REINALDO PINHEIRO DOS SANTOS) em 25/10/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 63) JUNTADA DE LAUDO (14/10/2021) e ao evento de expedição seq. 64.	SISTEMA CNJ
	67	25/10/2021 00:05:36	
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 22/10/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 63) JUNTADA DE LAUDO (14/10/2021) e ao evento de expedição seq. 65.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	66	22/10/2021 18:35:29	
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 63) JUNTADA DE LAUDO (14/10/2021)	JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA Analista Judiciário
	65	14/10/2021 12:28:12	
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de REINALDO PINHEIRO DOS SANTOS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq.	JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA Analista Judiciário
	64	14/10/2021 12:28:12	



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08221552020208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **REINALDO PINHEIRO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 3 de novembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR